



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

MATERIAIS DIDÁTICOS SOBRE ÍNDIGENAS EM CIRCULAÇÃO NO CIBERESPAÇO: DISCURSO E SUBJETIVAÇÃO

Icléia Caires Moreira¹

Resumo: Pautados, transdisciplinarmente, na perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa (PÊCHEUX, 1988); no artifício arqueogenealógico foucaultiano (1997, 2001, 2013); e na perspectiva teórico-culturalista (MINGNOLO, 2003-2005-2008; CASTRO-GOMES, 2005; SANTOS, 2007). Temos o objetivo geral de problematizar os possíveis efeitos de sentido de exclusão do indígena, imergidos do guia didático “Cineastas indígenas para jovens e crianças” publicizado no ciberespaço. Especificamente, pretendemos adentrar nesta rede discursiva, voltada ao ensino fundamental, para observar como se constroem, pela voz do branco, as imagens a respeito indígena e de sua cultura perante a sociedade, a partir das formações discursivas e interdiscursos constitutivos dos sentidos na história.

Palavras-chave: Guia didático; subjetividade; indígena.

Abstract: This work is guided, transdisciplinary, from the perspective of French Discourse Analysis (PÊCHEUX, 1988); under the archeology and genealogy device studied by Foucault (1997, 2001, 2013); and from the theoretical culturalist perspective (MINGNOLO, 2003-2005-2008; CASTRO-GOMES, 2005; SANTOS, 2007). Our overall objective is to problematize the possible sense effects of the indigenous in-exclusion, immersed in the teaching guide called "Indigenous Filmmakers for youth and children" publicized in the cyberspace. We specifically intend to enter this discursive network, which is dedicated to primary education, to observe how it is built, through the white voice, the images about the indigenous and their culture before the society, from the constitutive discursive and interdiscourse sense formations in history.

Keywords: Teaching guide; subjectivity; indigenous.

Introdução

Pretendemos problematizar, neste texto, os possíveis efeitos de sentido de marginalização e estereotipação do indígena, emergidos no guia “Cineastas indígenas para jovens e crianças”, doravante (CIPJC), aparato didático produzido e publicado, no ano de 2010, pela OnG *Videos nas Aldeias*.

¹ Mestranda do programa de pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Bolsista CAPES. E-mail para contato: icamoreira@hotmail.com.



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

Para empreender um gesto interpretativo transdisciplinar sobre o *corpus* selecionado, pautamo-nos: 1) na perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa (PÊCHEUX, 1988), a fim de buscar quais formações discursivas e ideológicas, responsáveis pela cristalização de um padrão de indianidade ligado ao primitivismo, atravessam os discursos do/sobre o indígena provenientes do já dito; 2) no artifício metodológico foucaultiano (1997, 2001, 2013), especificamente o arqueogenealógico, em face dos processos de monitoramento e controle da/na construção identitária desses sujeitos, que se instauram por meio de relações de saber-poder; 3) na perspectiva teórico-culturalista, para analisar quais os caminhos que os relegaram aos entrelugares de subalterno e marginalizado (CASTRO-GÓMES, 2005; MIGNOLO, 2003-2005-2008; QUIJANO, 2005; SANTOS, 2007).

Importa salientar que este trabalho vem, por um viés teórico-metodológico discursivo e com nuances pós-coloniais, somar-se a iniciativas de pesquisadores que se dedicam à produção científica, ainda escassa, a respeito de processos de subjetivação do sujeito-indígena no discurso didático vigente. Buscamos, via incursões analíticas, compreender, especificamente, como se dá a materialização, em seus enunciados, da subjetivação do sujeito indígena, via subsídio das novas tecnologias vinculadas à produção audiovisual. E observar como se legitimam as políticas reguladoras, responsáveis por fomentar a criação de perfis de subjetividade estatalmente coordenados, instituindo um processo de “invenção do outro” via dispositivos de saber-poder que funcionam como ferramentas arregimentadoras da construção de representações no bojo social.

Mobilizamos a hipótese de que a representação identitária do indígena de seis etnias (Wajãpi, Ashaninka, Kisêdjê, Ikpeng, Panará e Mbya-Guarani), nesse arquivo direcionado ao ensino fundamental regular de escolas públicas, cumpridor dos ditames da lei 11.645/08, se constitui por meio discurso do branco, e faz emergir um processo de subjetivação/identificação a respeito do sujeito indígena que, em lugar de amenizar o estranhamento da sociedade hegemônica com relação aos sujeitos indígenas, contribui para o (re)forço das fronteiras étnico-culturais.

Resultados preliminares apontam que as narrativas, comentários, imagens e brincadeiras infantis, materializadas no guia CIPJC acabam por relegar a tais sujeitos uma representação perpassada pela in-exclusão, processo que se erige, discursivamente, em



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

decorrência do exercício da colonialidade de saberes e poderes, cujo anseio é impedir que tais sujeitos signifiquem para além do nicho social que lhes é permitido habitar (SANTOS, 2007).

1. Das Condições de Produção

É sabido dentro dos estudos do discurso que não há sentido que não tenha sido produzido em condições específicas, arregimentadas por uma exterioridade histórico-social. Disso decorre a relevância em trazer à baila um levantamento histórico-social dos fatores responsáveis pela formulação de um discurso pedagogizante sobre o indígena, discurso este que veio a corporificar-se na forma de um “guia didático”, instituindo-se como uma forma de saber, que já circula no ciberespaço e pode vir a circular materialmente nas escolas de nível fundamental para construir a representação do sujeito-indígena de seis etnias com o subsídio de artefatos tecnológicos audiovisuais.

Nas últimas décadas, as políticas inclusivas têm possibilitado a irrupção de diversos discursos sobre a necessidade de integração social das minorias marginalizadas. A partir da questão da diversidade cultural, algumas ações legais são corporificadas e inseridas ao rol legislativo brasileiro para que o país se engaje dentro do quadrante Internacional e desta forma possa estreitar laços políticos e econômicos com outros povos. A vida dos sujeitos na sociedade passa pela esfera administrativa do aparato governamental, ocorrendo assim o processo denominado pela AD de orientação francesa de subjetivação dos indivíduos. O Estado passa a (in/en)formar os sujeitos para que signifiquem dentro do jogo de forças e interesses ligados as relações de poder que movem a dinâmica social vinculadas à globalização e ao capitalismo (DIAS, 2010).

Um exemplo de tal panorama sócio-político, é a lei 11.645, promulgada em 10 de março de 2008, que vem a alterar a legislação vigente em busca de adequações da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelecadora das diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial também o ensino da “História e Cultura Indígena”. Este ditame legal surge em resposta às decisões articuladas na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, em sua 33ª reunião, celebrada em Paris, em 2005, ratificada pelo Brasil em 2006. É desta que forma, sob pressão externa, que a



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

Cultura entra no cenário jurídico-administrativo brasileiro como elemento estratégico das políticas de desenvolvimento nacionais e internacionais.

Em consonância com esse quadro insurgem iniciativas de produção a aparatos didáticos, cujas propostas pretendem viabilizar o cumprimento desta lei dentro do sistema educacional brasileiro. ONGs e projetos sociais mobilizam-se para produzir artefatos didáticos que colaborem com o trabalho pedagógico e possibilitem colocar em prática os ditames jurídicos-administrativos, sob o patrocínio das instâncias Estatais. Tal cenário vem ao encontro das considerações de Carmagnani (2011, p. 46), a autora explana que “[...] o livro didático não possui uma história própria no Brasil, pois as mudanças que ocorreram não foram geradas por grupos diretamente ligados ao ensino, mas foram resultados de decretos, leis e medidas governamentais”. Mudanças que nem sempre buscaram atender às necessidades de uma escola, mas aos interesses de gabinetes, fruto de imposições, raramente conquistadas.

É nesse contexto que o CIPJC emerge no cenário educacional brasileiro, em 2010, sob o patrocínio da Unesco, na busca de vir a configurar-se como dispositivo propagador das “Histórias e Culturas Indígenas”, a fim de atender uma orientação legal vinculada às políticas inclusivas de respeito à diversidade cultural. Iniciativa que se vale da instituição Escola como um *locus* construído historicamente no contexto da modernidade, considerado como mediação privilegiada para desenvolver uma função social basilar: transmitir cultura, oferecer às novas gerações o que de mais significativo culturalmente produziu a humanidade.

Segundo Foucault (2013a), todo sistema educacional é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem em seu bojo. Daí a relevância de historicizarmos quais aspectos são responsáveis pelo modo como o indígena é representado no discurso didático atual, que acontecimentos enunciativos, relegaram a ele uma posição marginalizada e estereotipada na conjuntura social brasileira.

A história dos povos indígenas é marcada pela chegada dos portugueses ao Brasil, cuja influência e interferência delineou e modificou o curso de suas existências. Toda constituição desses ditos efetivou-se sob o viés da unilateralidade, em que o branco fez ecoar a sua voz sobre outro, criando versões estereotipadas perpassadas diversas contradições arregimentadas pela escassa documentação escrita, visual e de história oral (MARQUES; SOUZA, 2008).



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

Quando se fala em indígenas no Brasil emergem alguns dos aspectos que o caracterizaram e caracterizaram de forma emblemática, na memória discursiva dos sujeitos de forma automática: a questão colonial, a visão dos indígenas como seres de sociedades baseadas em sistemas primitivos, sua inextricável relação com a natureza, permeado de adornos e pinturas, bem como a condição de aldeados sempre remetida ao fator de isolamento e falta de civilidade (GUERRA, 2010).

Dadas as considerações, nos valem de Limberti (2012), semioticista, que contribui significativamente com relação às pesquisas a respeito dos indígenas. Para ela, desde a Carta de Pero Vaz de Caminha, aqui compreendida como discurso fundador, é possível notar que os traços delineadores da identidade dos indígenas se dão pela voz do branco, em um processo de apropriação e manipulação dos sentidos. Vê-se que discurso colonial erige-se no imaginário social via práticas de linguagem de maneira indireta a essa matriz representativa estereotipante e preconceituosa.

Limberti (2012) explana que o maior equívoco europeu foi negligenciar os valores oriundos das civilizações indígenas ao isolarem-se em seus papéis sociais importados imbuídos de rígidas normas. E com base nisso, procuraram subjugar os indígenas a elas de maneira extremamente coercitiva. Ação desencadeadora de um processo de aculturação unilateral que dizimou inúmeras nações indígenas através do tempo e que podemos nomear como truculento. Desta maneira, é possível ver em que termos o contexto da formação inicial da imagem que o branco tem do indígena se fundamentou: perpassada pelo espectro colonial que ecoa nos ditos sobre esses sujeitos na atualidade de maneira extremamente significativa.

A gênese dessa imagem, é o fulcro de maior relevância histórico-social, uma vez que as primeiras representações é que vão se fossilizar enquanto matriz, cuja reprodução em circunstâncias outras, em que seu referente se esvazia por vários agentes diante da questão da temporalidade, passa a ser preenchida. E, deste modo, seja por processo de reprodução ou preenchimento, não se desvanece. O sentido ganha corpo com a história, sempre sob o fio da navalha, na tensão ambivalente de se fixar e se transmutar.



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

2. Breve fundamentação teórico-metodológica

Vale salientar que uma análise discursiva nunca se norteia em conceitos engessados, visto que a concatenação das noções teóricas se constituem segundo a necessidade do *corpus* eleito para que não recaiam na aplicação de meras camisas de força metodológicas. É sob esta égide que o presente item busca tecer, (entre)laçar, (entre)cruzar os fios teóricos que abalizam esta pesquisa, com vistas a confirmação ou não de nossa hipótese.

A articulação transdisciplinarizada de conceitos da Análise do Discurso de orientação Francesa (PECHEUX, 1988), junto a Arqueogenealogia foucaultiana (1997, 2001, 2013a,) e dos Estudos Culturais (CASTRO-GÓMES, 2005; MIGNOLO, 2003-2005-2008; QUIJANO, 2005; SANTOS, 2007) possibilitou-nos a construção de um dispositivo norteador de nosso gesto analítico de modo a (des)atar os nós que (en)cobrem outros nós por onde passaram e (per)passam alguns fios constitutivos da trama dos sentidos que circulam no cenário educacional (CORACINI, 2011) com relação ao ensino sobre as histórias e culturas indígenas.

Sabemos que os sujeitos e sentidos constituem-se, simultaneamente, na/pela linguagem articulada no encontro da materialidade da língua com da materialidade da história. Nesse espaço discursivo, a linguagem ganha vida, (re)veste-se de sentidos outros e atualiza a memória discursiva por meio de um jogo simbólico a partir do qual se constituem as representações identitárias dos sujeitos, materializadas em diversos sulcos e trilhas no solo do dizer (ORLANDI, 2012). Nesse contexto social constituído na/pela linguagem em que coabitam entrecruzam-se e entrelaçam-se múltiplas vozes, dizeres e silenciamentos (CORACINI, 2010), poderes e saberes mobilizados de forma estratégica, (micro)capilar, abalizam o governo dos sujeitos na malha social. Isto é, a linguagem configura-se como o lugar de celebração de formulações e movências sócio-históricas e ideológicas.

Em consonância com esse panorama, buscamos refletir sobre a emergência de uma rede de sentidos, ligadas a produção didática, que operam em conjunto e torna a escola, enquanto espaço institucional vinculada ao Estado, formatadora e normaliza identidades, via estratégias de saber-poder, que buscam cristalizar determinadas representações dos sujeitos na sociedade.

Em face dessas considerações teóricas, podemos dizer que a distribuição de um material didático constituído de um guia, mais dois DVDs, nas escolas de ensino público, e a



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

publicização deste na web, como um suporte de veiculação de informações, a respeito de traços e marcas identitárias de seis etnias indígenas funciona como um instrumento de construção da representação do próprio sujeito-indígena, no imaginário social brasileiro. Principalmente, em decorrência da crença de que os materiais didáticos, de modo geral, são considerados depositários de um saber a ser decifrado, de uma verdade sacramentada a ser transmitida e compartilhada no cenário instrucional escolar.

Nessa trilha de sentidos, Castro-Gómez (2005) explica que a reorganização global da economia capitalista contemporânea se ancora na produção das diferenças, não para celebração ou subversão do sistema, mas para contribuir com sua consolidação. O Estado enquanto instância central, é garantidor da organização racional da vida humana, é um *locus* social capaz de formular metas válidas a todos, analisa desejos, interesses e emoções direcionadoras dos sujeitos rumo a metas por ele definidas. É legitimador de políticas reguladoras, cria perfis de subjetividade estatalmente coordenados, instituindo, desta maneira, um processo de “invenção do outro” por meio de dispositivos de saber-poder, cerne da construção de representações dentro de suas instituições, nesse caso em específico, o ambiente escolar.

Deste modo, a veiculação no ciberespaço e a distribuição de um material didático nas escolas de ensino público sobre o sujeito indígena se constitui em um instrumento poderoso que tanto pode favorecer a discriminação e a exclusão quanto a ampliação dos limites humanos que abriguem, cada vez mais, a diversidade, a depender de quais discursos materializam-se nesse suporte, que tipo de formações discursivas os mobilizam, no percurso (de)lineador da representação do indígena.

Nesse segmento, podemos dizer que a palavra escrita é instrumentalizadora da construção de leis e de identidades, planeja programas, organiza a compreensão do mundo no que se refere à inclusões e exclusões, viabilizada por meio de instituições legitimadas, neste caso as escolas, e pelos discursos hegemônicos, materializados em tratados, manuais, ou guias didáticos, regulamentam a conduta dos atores sociais, estabelecendo fronteiras entre os sujeitos, o que acarreta na construção de uma verdade que existe um dentro ou fora dos limites definidos por essa legalidade escriturária. O contexto da escrita permite criar um campo de identidades viabilizadoras do projeto moderno de governamentalidade, os sujeitos



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

que não se encaixem no perfil identitário estabelecido, por meio de práticas subjetivadoras, acabam por ocupar o entre-lugar da exclusão (CASTRO-GÓMES, 2005).

Por conseguinte, o discurso didático-pedagógico configura-se sob três aspectos, produz/(re)produz conhecimentos e crenças via diferentes modos de representação; e é capaz de estabelecer relações sociais que criam, (re)forçam ou (re)constituem (id)entidades. O que pode vir a privilegiar certos sujeitos em detrimento de outros, por meio de acontecimentos discursivos situados em determinado momento histórico, que se cristalizam pela ação da memória e latejam interdiscursivamente no dito (MARTINS, 2005).

A partir desse pressuposto, observa-se que as relações entre: história, prática social e linguagem têm construído a imagem do indígena como um sujeito excluído, silenciado, ignorado por meio da ação de formações discursivas e ideológicas, advindas do discurso oficial, político, didático e jurídico brasileiro, que (re)legam-lhe o lugar da marginalidade desde o processo de colonização (GUERRA, 2010).

O velho estereótipo do indígena ligado ao selvagem, rústico e primitivo é (re)produzido, sob as vestes da inclusão e respeito à diversidade cultural, e acaba por ser assimilado pelos estudantes sem que se faça uma reflexão crítica sobre a forma em que tais sujeitos estão sendo representados nos aparatos didáticos. Assim, o preconceito se naturaliza e se enraíza na sociedade hegemônica, de uma maneira inconsciente.

Com relação ao subsídio das novas tecnologias, Pierre Lèvy (1999) traz à baila que o ciberespaço é um espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial de computadores e das memórias dos computadores. Deslocando-o para AD, podemos compreender o termo como um campo discursivo onde se realizam trocas simbólicas de todas as ordens entre os sujeitos. Logo, trata-se de um novo suporte de representação dos sujeitos que subjetiva a constituição identitária e organização/disponibilização do dito em rede. Um universo oceânico de informações abrigadas, onde os sujeitos “[...] navegam e alimentam-se desse universo” (LÉVY, 1999).

Tal suporte, tem ocupado um espaço de destaque na formação da esfera pública e deveria ser compreendido como um terreno em que se possa criticar, romper com certos determinismos propostos pelos discursos hegemônicos, no entanto, conforme as informações



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

nele disponibilizadas, pode também vir a se transformar em um espaço de reforço da ideologia dominante, da exclusão das minorias (MELO, 2005) e estereotipação dos sujeitos.

A propósito dessas reflexões, podemos conjecturar que a produção do guia didático é um meio em que sujeitos inscrevem-se via discurso, deixam sua marca. No momento em que o discurso ocorre, em seu acontecimento, dá-se o sentido, tal enunciação atualiza o já-dito, causando novos efeitos de sentido, no entanto parte do que já está posto sobre a temática indígena. Por essa razão, é preciso ter cuidado com a disseminação da diversidade cultural pelo discurso pedagógico, disponibilizado para *download* no ciberespaço para que não ocorra o (re)vigoreamento de representações preconceituosas desses sujeitos, situação que reforçaria sua posição periférica no âmbito social.

Também observamos por meio de reflexões sobre as condições de produção das produções didáticas sobre o indígena que há um escamoteamento do interesse Estatal em cercear e controlar a produção desses materiais didáticos, por meio do suporte financeiro, para que o indígena seja constantemente visto como o “outro”, o “estrangeiro”, o “selvagem”. O guia didático acaba por se transformar em uma espécie de fonte irrefutável, imbuída de caráter científico, capaz de direcionar os alunos, de ensino fundamental regular das escolas públicas brasileiras, a conhecer a representação identitário-cultural dos sujeitos indígenas das seis etnias descritas no material.

3. Análise dos acontecimentos discursivos

Na busca de entender e articular a historicidade e os possíveis efeitos de sentido que perpassam o fio intradiscursivo da materialidade eleita, trazemos o recorte R5, retirado da página 06, do item “Carta aos alunos”, do guia CIPJC, que nos leva a empreender, movimento analítico que seja capaz de desconfiar da vontade de verdade (FOUCAULT, 2013a) veiculada nesse dispositivo didático, perpassada pela voz do branco, no percurso de construção da identidade do indígena. Vejamos:

R5: Os filmes que apresentamos aqui respondem algumas dessas perguntas. Outras ficarão no ar e caberá a você continuar **a aventura da descoberta**. Mas se essa história de estudar **outras culturas** te parece meio **à toa** (ou mesmo **chato!**), **pense nesses filmes como uma viagem**, dessas onde **a gente passa a conhecer pessoas e lugares distantes(...)** Por isso **a gente** acredita que **conhecer as culturas indígenas**



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

e afrodescendentes **do Brasil**, esse **nosso país enorme**, com tantas dificuldades sociais, ambientais e econômicas, é importante. **Pra** que **a gente** possa **reconhecer e valorizar a vida humana e a sua diversidade**. Se **somos diferentes** é porque, no longo percurso do ser humano por este vasto e desconhecido planeta que habitamos, **povos diferentes** escolheram **caminhos diferentes** para viver. Assim, convidamos você a se aproximar desses **outros mundos** e **se deixar invadir por eles**. Temos certeza que será uma **aventura preciosa, instigante e repleta de aprendizados**.

Neste excerto podemos dizer que o enunciador branco parece querer destacar a importância em se discutir a questão da Diversidade Cultural no âmbito escolar, bem como despertar o interesse dos sujeitos alunos para palmilhar um caminho de aprendizagem sobre o outro, o Indígena, aquele que pertence a **outras culturas, outros mundos**, habita **lugares distantes**. A partir de tais escolhas lexicais depreendemos que o processo de inclusão do saber sobre o outro se faz pela marcação de fronteiras étnico-culturais e territoriais. Isso se dá, em decorrência do atravessamento das formações discursivas Pedagógica e Colonial, em que se mobilizam noções ligadas ao ensino aprendizagem de um saber e em cujo cerne habita o espectro da dominação e superioridade da sociedade branca, dita civilizada, em detrimento da pluralidade de organizações sociais já estabelecidas em território sul-americano antes da chegada dos europeus (GUERRA, 2010).

As relações de poder instauradas historicamente latejam nos ditos deste excerto, e trabalham em circularidade (FOUCAULT, 2013a). Visto que trazem para o discurso pedagógico atual a questão da **descoberta**, da **aventura** viabilizadas por meio de um processo de viagem, vinculado a um discurso colonialista de conhecimento de um novo mundo (ORLANDI, 2008). O aluno branco de ensino fundamental, em similaridade com o colonizador europeu de 1500, terá de empreender uma “**aventura preciosa, instigante**” para conhecer a diversidade de culturas indígenas. É possível notar que ainda se deseja que os alunos de ensino regular fundamental conheçam os indígenas sob a ótica etnocêntrica e estereotipante. Sob uma configuração das relações mundiais de poder, agora já não mais se baseiam na repressão, mas na produção das diferenças (CASTRO-GÓMES, 2005).

As práticas discursivas filiadas a formações discursivas coloniais implementadas por meio dessa taxonomia pedagógica, em lugar de incluir/unir, acaba por reforçar a separação entre branco e indígena. Segundo Quijano (2005), configuram-se como um aparato legitimador de um imaginário estabelecido de diferenças incomensuráveis entre



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

colonizador/branco e colonizado/indígena, em que noções de “raça e cultura” funcionam como dispositivos geradores de identidades opostas.

Importa sublinhar que o enunciador branco ao se dirigir ao aluno branco busca adequar sua linguagem em moldes menos formais, valendo-se de termos como **a gente** em lugar de **nós**, que para (NEVES, 2011) se configurar como um sintagma nominal indicador de coloquialidade, objetiva construir um grau de proximidade da primeira pessoa do discurso (o enunciador) a um conjunto desejado de maneira mais informal.

Além disso, o uso de **pra** em lugar de **para**, sob as vestes do coloquialismo, tenta aproximar autor, aqui compreendido como princípio organizativo dos ditos (FOUCAULT, 2001) e leitor do CIPJC, estabelece uma relação semântica de necessidade (NEVES, 2011) de se **reconhecer** e **valorizar** a Diversidade da vida humana. O que permite emergir o efeito de sentido de que antes de tais iniciativas pedagógicas, a valorização dos povos minoritários enquanto seres humanos era relegada ao esquecimento, à marginalização. Daí a importância da produção deste dispositivo de saber-poder que arregimenta como deve ser conhecida a representação do indígena por parte dos alunos de ensino fundamental e dos usuários do ciberespaço que podem ter acesso ao material em análise na íntegra.

Vale dizer que os sujeitos indígenas encontram-se submetidos a processos de exclusão há séculos, que deram-lhe como herança sempre atualizada ao longo da história a marca do exotismo, diversas vezes marcada pela barbárie e falta de civilidade. O branco o constrói, discursivamente, como o outro, mas o outro excluído, que vive à margem. Sujeito que entra no cenário educacional como objeto de conhecimento, sob um processo de asfixia de sua voz para a contenção dos sentidos, transfigurado em uma forma de saber (observável, compreensível e legível aos olhos da sociedade hegemônica), amparada por um ditame jurídico-administrativo (lei 11.645/08) revestida de obrigatoriedade (DIAS, 2010). O Estado moderno monopoliza as relações jurídico-administrativas e faz uso delas para dirigir, racionalmente, as atividades dos cidadãos, de acordo com critérios estabelecidos cientificamente de antemão por instituições, como a escola por exemplo, que também faz parte do sistema governamental (CASTRO-GÓMES, 2005).

Com relação ao uso de termos qualificadores podemos dizer que o enunciador branco tenta desconstruir no sujeito aluno de ensino fundamental regular o estereótipo negativo



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

vinculada ao ato de estudar outras culturas. Tal representação marca-se linguisticamente em R5, pelo uso do adjetivo disfórico **chato** e pela locução adverbial de modo **à toa** qualificadora de uma ação ou processo (NEVES, 2011) que acompanham o verbo estudar. O Enunciador branco (re)veste o discurso didático de nuances do discurso colonial em que estudar (que teria uma conotação negativa) é recategorizado por termos como descobrir, viajar, aventurar-se de forma **preciosa e instigante** adjetivos eufóricos indicadores de tudo que é positivo e bom (NEVES, 2011).

Outro ponto que se delinea com regularidade no texto é a menção do item lexical **diferente** que aparece pluralizado junto, em primeira instância, ao verbo **ser**, como um predicativo do sujeito oculto **nós** e, em segunda instância, como adjunto adnominal dos substantivos **povos** e **caminhos** a fim de demarcar a diferença étnico-cultural entre brancos e indígenas que possuem formas distintas de viver, como se todas as nações eurocêtricas tivessem uma forma homogênea de tecer relações e de se organizarem socialmente. Sob o véu da diferença instaura-se a (pseudo)homogeneização das formas de organização social branca, para estabelecer uma distância abismal entre brancos e indígenas. Segundo Santos (2007), as distinções intensamente visíveis que estruturam a realidade social deste lado da linha (eurocentrado) baseiam-se na invisibilidade e exclusão das distinções entre este e o outro lado da linha (marginalizado).

Situação que tem como fulcro gerador a emergência e consolidação do circuito comercial do Atlântico, fruto da colonialidade do poder, atrelada ao advento da pós-modernidade, autoconcebida na linha unilateral da história do mundo moderno, que continua a ocultar a colonialidade, e mantém a lógica universal e monotópica da Europa. A diferença colonial ainda permanece (imaginada no pagão, no bárbaro, no subdesenvolvido) uma consequência da colonialidade do poder e a manifestação de subjetividades forjadas na diferença colonial que necessita das suas vestes de superioridade para manter seu caráter de hegemonia (MIGNOLO, 2005).

Segundo Quijano (2005), a classificação da população na ideia de raça na América foi uma estratégia para outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista e demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, perpetuado por séculos, enquanto duraram as conquistas europeias, das Américas às Índias.



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

Essa classificação do outro enquanto conceito universal colocou os povos conquistados e dominados em uma situação *natural* de inferioridade. E, conseqüentemente, seus traços fenotípicos, suas descobertas mentais e culturais, seus sistemas de conhecimento.

Em busca de algumas conclusões

De acordo com nossa hipótese, bem como os objetivos estabelecidos nesta pesquisa, podemos dizer, que nesta trama discursiva, é construído um discurso in/excludente, (re)avivador e (re)verberador, de maneira inconsciente, do espectro colonial do bom selvagem, inaugurada para sociedade hegemônica por meio da carta de Pero Vaz de Caminha, remetido a condição de aldeado em lugares de difícil acesso, que não poderia gozar das vantagens tecnológicas comuns ao cenário social do branco por uma questão de não-pertencimento e inferiorização cultural.

Os vídeos, a própria constituição dialógica das cartas (ao aluno/ao professor), as narrativas e as imagens relegam ao sujeito indígena entre-lugares sócio-históricos e ideologicamente marcados em que é visto como “estrangeiro” em sua própria casa, o “exótico”, passível “visitação”. Aquele a quem se deve conhecer por força jurídico-administrativa da lei 11.645/08. Assim, há um reforço de uma visão equivocada do índio e de sua cultura, há muito tempo latente no já dito da sociedade brasileira, que alimenta uma formação ideológica que o deslegitima como sujeito e silencia seu discurso.

Disso decorre a necessidade de se desconfiar dessas iniciativas, de promover a descolonização do pensamento hegemônico, das visões eurocentristas, ocidentalistas que insistem na manutenção dos indígenas nos liames da subalternidade, na margem. Talvez não seja de interesse Estatal que o indígena esteja fora do jogo social, mas que signifique dentro de um determinado sistema de controle (SANTOS, 2007). As políticas públicas assistencialistas de inclusão da diversidade cultural, sob a ótica do capitalismo, produzem o efeito de sentido de ilusão de pertencimento ao sujeito indígena, no entanto, trata-se de um pertencimento altamente regulado pelas relações de poder (FOUCAULT, 2013).

Afinal, como conjecturou Foucault (1994, p. 13), “[...] o que é filosofar hoje em dia senão o trabalho crítico do pensamento sobre o pensamento? Senão [...] tentar saber de que



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de julho de 2016

maneira e até onde seria possível pensar diferentemente em vez de legitimar o que já se sabe?”.

No sentido de que o saber sobre os sujeitos indígenas (re)alocado no discurso didático-pedagógico, não é o itinerário da razão para a verdade, o que se vê é a progressiva descaracterização e dominação de uma representação estereotipada e excludente para sua integração cada vez maior à ordem da razão e em um nicho de marginalidade. Eis o que é o processo de inclusão das Histórias e culturas indígenas no âmbito educacional no guia CIPC: a história da fabricação de subjetividades de forma altamente controlada.

Nesse sentido, arrazoar sobre como essa política produz mecanismos e estratégias de inserção desses sujeitos dentro do cenário social brasileiro, principalmente, no que concerne aos sujeitos indígenas e ao setor educacional, nos ajuda a compreender e a (des)construir verdades cristalizadas que perpassam nossa sociedade com relação à representação identitária destes sujeitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccj>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

BRASIL. Disponível em: <[vil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccj/ato2007-2010/2008/lei/11645.htm)>. Acesso em: 22 mai. 2016.

CARMAGNANI, A. M. G. Ensino Apostilado e a venda de novas ilusões. In: CORACINI, M. J. R. (Org.). *Interpretação, autoria e legitimação do livro didático: língua materna e língua estrangeira*. Campinas: Pontes, 2011, p. 45-55.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Coléccion Sur Sur. Clacso: Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005, p.169-186.

CORACINI, M. J. (Org.). *Interpretação, autoria e legitimação do livro didático: língua materna e língua estrangeira*. 2 ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2011.

DIAS, C. Telecentros como políticas públicas de inclusão digital: da administração da vida na cidade. In: ORLANDI, E. (Org.). *Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso*. Campinas: RG, 2010, p. 43-73.

FOUCAULT, M. O que é o autor. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema* (vol. III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 264-298.



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

_____. *História da sexualidade 2 – O uso dos prazeres*. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1994.

_____. *Microfísica do poder*. Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

_____. *A ordem do discurso*. 23. ed. Trad. de Laura Fraga de A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2013a.

GREGOLIN, M. R. *Análise do Discurso: conceitos e implicações*. Revista Alfa. São Paulo, 1995.

GUERRA, Vânia M. L. *O indígena de Mato Grosso do Sul: práticas identitárias e culturais*. São Carlos: Pedro & João, 2010.

LÈVY, Pierry. *Cibercultura*. Trad. de Carlos I. da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMBERTI, Rita P. *A imagem do índio: discursos e representações*. Dourados: Editora UFGD, 2012.

MARQUES, Cinthia N.; SOUZA, Claudete C. *Memória terena: história e língua, educação escolar e cultura, identidade e resistência*. 2008. Disponível em: <<http://www.propp.ufms.br/gestor/titan.php?target=openFile&fileId=382>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

MELO, P. B. *O índio na mídia: discurso e representação social*. III Jornada Internacional e I Conferência Brasileira sobre Representações Sociais - Relações entre Práticas e Representações, Rio de Janeiro, v. 1, p. 2375-2389, 2005.

NEVES, Maria H. *Gramática de usos do Português*. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ORLANDI, Eni P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4 ed. Campinas: Pontes, 2012.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 6 ed. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. *A Semântica e Discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*. Trad. de Eni Orlandi et. al. Campinas: Editora Unicamp, 1988.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Coléccion Sur Sur, Clacso, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005, p. 227-278.

SANTOS, B. S. *Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 2007, p. 03-46.